

DINÂMICAS DE PODER DO CRÉDITO NO CAMPO: O CASO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CRESOL NO NOROESTE DO PARANÁ¹

DYNAMICS OF CREDIT'S POWER IN FIELD: THE CASE OF THE CREDIT'S COOPERATIVE CRESOL ON THE NORTHWEST OF PARANÁ

Tiago Satim KARAS²

Resumo: Este trabalho se propõe a apresentar uma contribuição para a discussão que envolve as dinâmicas de poder do crédito no campo a partir das políticas de crédito e das relações do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). Para problematizar o estudo do tema foram propostas quatro temáticas: o Estado, o crédito, o território; e uma quarta categoria, que está em relação com as outras três, que é o poder. A proposta de estudo de um conjunto de categorias analíticas segue três caminhos metodológicos: a dialética, pois se tratam de dinâmicas espaço-temporais aparentemente desconexas; a totalidade da questão territorial do poder e do acesso/restrrição do crédito/financiamento e a análise integradora do espaço. Embora sejam categorias apresentadas separadamente, não podem ser compreendidas individualmente. Tanto a política de crédito, as agências bancárias tradicionais, como a organização cooperativa da CRESOL apresentam aspectos das relações de poder do crédito no campo. De modo geral, trata-se de relações em múltiplas dimensões, que possibilitam uma tentativa de compreensão da intrínseca relação do Estado, território e o crédito/financiamento agrícola, entre a autonomia que se quer e a dependência que se materializa.

Palavras-chave: Estado, território, crédito/financiamento, poder, CRESOL.

Abstract: This paper aims to present a contribution for the discussion that involves the dynamics of credit' power in field from the credit's policies and the relations of the Rural Credit Cooperative System with Solidary Interaction (CRESOL). To question the study of the theme four themes were proposed: The State; the credit; the territory; and a fourth category, that is in relation to the other three, which is the power. The study's proposal from a set of analytical categories follows three methodological ways: the dialectic, because it's about temporary space's dynamics apparently disconnected; the totality of the power's territorial question and the access/restriction of the credit/financing and the integrative analysis of the space. Although they are categories presented separately, cannot be understood individually. Both the credit's policy, the traditional bank branches, and the cooperative organization of CRESOL show particularities from the relations of credit'power in the countryside. In general, it is about relations in multiple dimensions, that enable an attempt to understand the intrinsic relation of the State, territory and the credit/agricultural financing, between the intended autonomy and the dependence that gets materialized.

Keywords: State, territory, credit/financing, power, CRESOL.

¹ Parte da dissertação de mestrado desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, financiamento: CAPES.

² satimkaras@hotmail.com

Poder e território do crédito agrícola por uma análise integradora

Inúmeras são as contribuições teóricas que podem embasar o debate entre poder e território, sendo também conhecidas em larga escala por estudiosos na geografia. Reconhecendo o amplo debate que envolve essa temática, partimos da concepção de que o espaço pode ser ordenado e apropriado por relações de poder cujas faces são as múltiplas dinâmicas territoriais. Como sugere Haesbaert (2010) ao fazer um trabalho de profunda retomada das várias noções de território, das três vertentes - a política, econômica e cultural - duas merecem maior atenção para a análise de poder e território proposta aqui.

Primeiramente, a vertente política refere-se a relações de poder em geral no espaço, espaço apropriado e regulado por relações “jurídico-políticas” referentes a um poder institucionalizado. Essa noção de território, segundo Haesbaert (2010, p. 40), na maioria das vezes, é a configuração de espaço “delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder”. Embora este poder não seja restrito apenas ao poder de Estado, ele possui implicações determinantes sobre a organização do espaço.

Em seguida, muito próxima da concepção política, o autor propõe que a segunda noção sobre o estudo das relações de poder no espaço que merece atenção é a econômica. Segundo esta noção, há um vínculo com a “dimensão espacial das relações econômicas”. O território pode assim ser objeto de diversos interesses, seja como fonte de recursos (matéria-prima) ou “incorporado no embate entre classes sociais” da relação conflituoso-contraditória capital-trabalho, que tem como expressão a divisão territorial do trabalho.

Em tais perspectivas de análises, o estudo sobre o território implica reconhecer os diversos interesses envolvidos no controle/apropriação de parcela de espaço por grupos humanos, seja por interesses políticos ou econômicos. Assim, os conflitos existentes entre esses diferentes grupos humanos por apropriação de território, representam uma expressão de poder das classes sociais. A relação entre poder e espaço na sociedade refere-se, em grande parte, segundo Claval (1979, p. 10), a relações assimétricas que “dependem da distância, da extensão e da significação que os grupos humanos atribuem ao espaço”. Essas assimetrias são responsáveis por, ao mesmo tempo, limitar e garantir o exercício da liberdade, desde que sejam, em primeiro lugar, compreendidas por quem e para quem é atribuída esta liberdade. Ainda segundo o próprio autor, “não há, no espaço, liberdade sem um mínimo de organização, mas que essa organização é uma ameaça para cada pessoa e restringe a autonomia das escolhas”. As escolhas ou ações que são praticadas por um grupo de pessoas de uma mesma classe social, sobre as quais não se pode(rá) compreender quem são essas pessoas e para quem o fazem, tendem para uma suposta homogeneidade territorial.

Mesmo em se tratando do poder de ordem Estatal não é possível admitir esta suposta homogeneidade territorial, é preciso compreender o significado do poder de classe nas dinâmicas territoriais. Segundo Raffestin (1993, p. 149), “o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial, para delimitar campos operatórios”, que não são únicos ou homogêneos. Pelo contrário, são diversificados, o que exige uma melhor apreciação e identificação do sistema de poder, pois podem variar “de acordo com a própria natureza das ações consideradas” e “deve contar com a heterogeneidade das condições reais que se manifesta”.

Partindo dessa diversidade de ações que implicam em “poder” e na não-linearidade que tais características se manifestam nos territórios, é necessário pensar o “como”, o “porquê” e “para quem” os espaços são apropriados. Da mesma forma que relações de poder podem desaparecer, outras podem surgir, ou ainda, resurgirem antigas relações. Andrade (1984, p. 17) afirma que “o processo de produção é permanentemente acompanhado de um processo de reprodução, de reorganização da categoria espaço”. Isto pode evidenciar que as

relações e a reorganização do espaço são fruto de um longo e contínuo processo, tendo como base que as atuais configurações contribuem para a reorganização das configurações futuras, configurando-se, portanto, um processo dialético. O passado contribui para pensar o presente, pois tanto a produção como a reprodução confluem para o processo de organização da sociedade como um todo, seja ele político, econômico, social, ambiental ou cultural (que, aliás, não podem ser pensados isoladamente).

Desta forma, as considerações sobre poder e território apresentadas aqui no início dessa análise implicam, primeiramente, reconhecer sua multiplicidade. Sendo assim, é necessário entender que essas relações no espaço – sejam essencialmente de ordem política e/ou econômica – são múltiplas e diversificadas e incorrer no erro da sua separação ou delimitação impede de compreender a problemática do território em seu conjunto. Segundo Haesbaert (2010, p. 75), cabe à Geografia uma visão integradora sobre a espacialidade humana, para que os estudos sobre o território possam “evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta”.

Acredita-se ser possível analisar, no bojo dessas discussões, as implicações das dinâmicas territoriais. Por um lado, se tem o princípio de que o crédito agrícola destinado ao fortalecimento da agricultura camponesa é indispensável para a reprodução das relações no capitalismo; por outro, existem relações de poder na ótica das políticas de crédito que se tratam, especialmente, de relações que implicam diretamente na organização do espaço. O território, portanto, é parte importante desse debate sobre as relações de poder e espaço, e varia entre a organização do espaço camponês pelo cooperativismo de crédito da CRESOL e as relações de poder - também do crédito e financiamento agrícola - como política de Estado.

Há, portanto, além de tudo, uma necessidade de que este debate seja traçado sob a perspectiva de haver uma inter-relação entre quatro grandes categorias de análises: Estado, crédito e território, sendo o poder a quarta categoria, a qual permeia todas as outras três, sendo imprescindível, nesse sentido, adotar uma análise integrada, totalizadora. Acredita-se, por exemplo, que ao se discutir o crédito, ele perpassa tanto as relações de poder, quanto as relações políticas e as dinâmicas territoriais, e assim sucessivamente. Admite-se que o poder é parte constitutiva da sociedade, presente em todas as relações. Assimilamos, tal como se refere Raffestin (1993, p. 158), que “o poder é inevitável”, mas “de modo algum inocente”. Esta percepção sobre o poder demonstra um pouco o papel desta pesquisa na busca pela identificação de seus meandros.

Respaldados nessas considerações sobre o poder e o território e com o objetivo de buscar essa “visão integradora”, apresentamos nesse trabalho algumas considerações sobre as dinâmicas de poder do crédito no campo, primeiramente, partindo de análises mais gerais sobre a região de estudo a partir da análise dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 e logo em seguida, mais especificamente, análise dos dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Ao final, as contribuições dos dados da cooperativa de crédito CRESOL e de informações coletadas por meio de questionário buscando concluir as análises ao corroborar com a hipótese das dinâmicas de poder do crédito.

Na sequência, antes de passar à discussão sobre as dinâmicas de poder do financiamento agrícola na região de estudo e posteriormente as dinâmicas de poder do cooperativismo de crédito da CRESOL, é preciso destacar melhor a relação entre o poder político, classes sociais e a financeirização do crédito agrícola com a promulgação do “Estatuto da Terra” de 1964. Vejamos a seguir.

Poder e financeirização do crédito agrícola

Como mencionado na introdução, se os grupos humanos ao se organizarem buscam estabelecer uma relação de poder e autonomia sobre certos espaços, é compreensível também tratar sobre as relações de poder do crédito no campo, uma vez que se consideram as diferentes relações de acesso ao poder pelo financiamento/crédito entre agricultores camponeses e grandes agricultores. Para isso, antes, resumidamente, é preciso entender o contexto histórico brasileiro que marca o limite de mudanças das relações financeiras da produção agrícola.

Para compreender melhor esse marco histórico, Sônia Regina de Mendonça, ao estudar sobre “a classe dominante agrária”, buscou analisar o período de 1964-1990, sua “natureza e comportamento”. Assim, segundo essa autora, o Estatuto da Terra (1964) está inserido dentro de um processo de legitimação e tutela do Estado para garantir o sistema de dominação e promover a modernização do campo, sem interferir na estrutura agrária, como também, determinar a territorialização do capital agrário e financeiro. É preciso compreender que “o estatuto emergiu como instrumento de atuação do Estado em dois planos: a reforma agrária e o desenvolvimento agrícola”. O estatuto configurou-se como um mecanismo de poder político de classe, pois, mesmo com a “reforma”, tornou possível que ao mesmo tempo que não houvesse alteração da estrutura agrária, se viabilizasse o desenvolvimento e territorialização do capital no campo, “concebido como instrumento para forçar a modernização” (2006, p. 41).

Em nível nacional, “a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e a farta concessão de créditos e subsídios, por parte do Estado, à agricultura” estabeleceu a modernização e favoreceu o sistema de dependência externa à economia capitalista. Neste processo de modernização do campo no Brasil, houve grande participação do Banco Mundial no que compete ao financiamento agrícola para promover, por um lado, a abertura econômica brasileira ao mundo, e por outro, associado ao mesmo processo, a territorialização capitalista e financeirização na produção agrícola brasileira. Contou, também, com a manutenção da estrutura fundiária concentradora, favorecida pelos órgãos de representação das classes dominantes e tutela do Estado “pleiteando incentivos fiscais e empréstimos com vistas à mecanização do setor”, por meio de “concessão de créditos fartos, baratos e indiscriminados a empresários rurais” (MENDONÇA, 2006, p. 55-6). Dito de outra forma, isto só comprovou o papel político do Estado, determinante na legitimação e territorialização do poder político-econômico-financeiro no campo brasileiro.

Assim, analisar as questões do financiamento agrícola a partir da modernização agrícola em relação ao “Estatuto da Terra” demonstra a íntima relação da questão da terra ligada à questão financeira, assim como analisar o crédito, pois se tratam de dinâmicas indissociáveis. Não seria demasiado pensar nas consequências e resultados das políticas de financiamentos internacionais tuteladas massivamente pelos Estados Unidos da América. “Apesar da retórica reformista, o BIRD jamais financiou ou apoiou qualquer iniciativa governamental voltada para a redistribuição de riqueza e especificamente, a democratização da estrutura agrária” (PEREIRA, 2010, p. 137). Assim o que se vê é que a estrutura fundiária de predomínio da grande propriedade em detrimento da pequena, não só permanecia, como podemos dizer que era estimulada por meio do financiamento. Inclusive do crédito, com o aval do Estado brasileiro, “permaneciam intocados nada menos que o regime de propriedade e a estrutura de produção” (PEREIRA, 2010, p. 206).

Assim, pode-se já neste ponto compreender melhor em que sentido o estudo dessa multiplicidade implica no reconhecimento de uma totalidade. Ao verificar que o financiamento não só modifica ou condiciona o processo econômico e o regime territorial implicado ao seu processo de expansão ou fortalecimento, como também modifica as relações sociais daí decorrentes com a disseminação de políticas neoliberais por todos os territórios,

fica evidente que as relações decorrentes desse processo envolvendo as questões políticas, sociais, econômicas e territoriais não são dissociadas, mas, pelo contrário, assumem condições específicas ao longo do espaço-tempo.

Algumas considerações sobre o crédito – Microrregião de Paranavaí e Municípios

Como herança e sintoma dessa estrutura de financiamento agrícola financeirizada e amparada pelo Estado, analisada até aqui por uma breve discussão teórica veremos a seguir que os dados analisados com essa pesquisa favorecem a compreensão de como tais questões teóricas/históricas possuem características que prevalecem, nos dias atuais, tanto nas estruturas de poder financeiro, como na realidade da concentração fundiária.

Como são tratados em diversos momentos desse trabalho, os dados a seguir demonstram como o acesso ao crédito possui diversas contradições. Defendemos aqui que essas contradições reproduzem nos territórios suas múltiplas dinâmicas de relações de poder. Uma delas pode ser observada ao comparar a quantidade e a área dos estabelecimentos com o número de contratos e os valores de financiamento acessado, seja por meio das agências financeiras tradicionais ou acessados pela cooperativa. No entanto, é necessário ressaltar que os dados sobre os números de estabelecimentos e os números de contratos apresentados a seguir não são sinônimos, acontece que nem todo contrato de financiamento representa um estabelecimento, e nem todos os estabelecimentos acessam o financiamento, como veremos a seguir.

Figura 1. Microrregião geográfica de Paranavaí

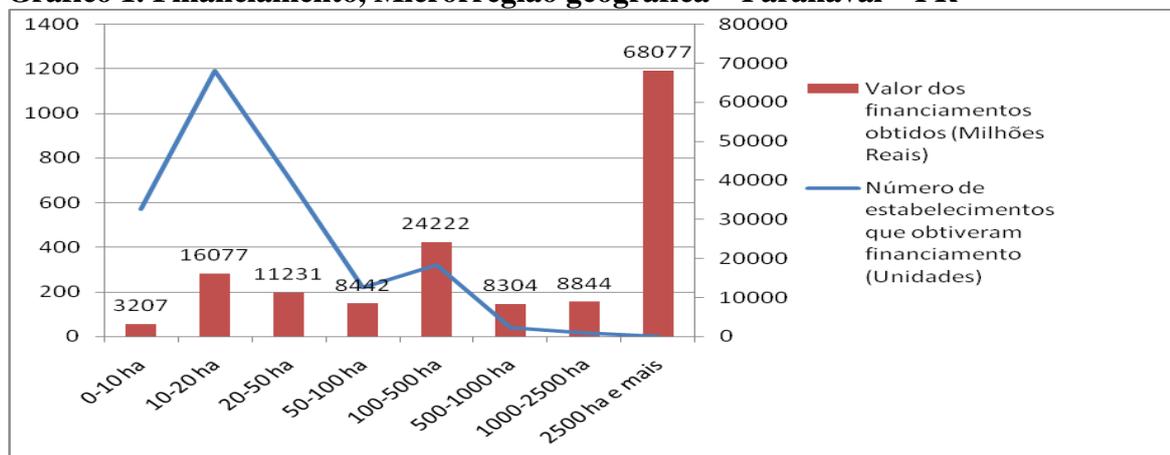


Fonte: IBGE, (2013), organizado pelo autor.

O Gráfico 01 demonstra que quanto menores as áreas dos estabelecimentos, maior é o número de suas unidades; no entanto, o total de financiamento para esses estabelecimentos é menor. O oposto ocorre com os estabelecimentos de grandes áreas: enquanto as unidades de estabelecimentos são bem menores, os valores totais de financiamento destinados a esses

estabelecimentos são bem superiores se comparados com os estabelecimentos de áreas menores. De modo geral, contraditoriamente, o poder de acesso das áreas concentradas de terras é o elemento que aponta definir o poder de acesso aos valores financiados como as políticas de modernização do campo discutido anteriormente.

Gráfico 1. Financiamento, Microrregião geográfica – Paranavaí – PR



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006). Elaborado pelo autor.

Se observadas as contradições internas do financiamento agrícola, os dados mostram diferenças entre o crédito que é proveniente de agências bancárias e os que são provenientes de cooperativas. A tabela 01 do Censo Agropecuário do IBGE (2006) apresenta quatro subáreas de onde os financiamentos são provenientes. Se analisarmos, por exemplo, entre os financiamentos originados de bancos, os recursos que “não são provenientes de programas de créditos” são muito superiores quando comparados aos outros, pois correspondem a pouco mais de 66% do total dos recursos.

A mesma tabela mostra, também, que na área de estudo, os estabelecimentos que obtiveram financiamento pelo banco, mas que não são provenientes de programas de créditos, constam os maiores valores, num total de R\$ 90.591.000. Porém, se considerarmos os estabelecimentos que acessaram o PRONAF pelo banco, um total de 1.430 unidades, maioria absoluta entre os estabelecimentos, obtiveram um valor de apenas R\$ 14.726.000. Esses dados mostram que a concentração do crédito entre poucos estabelecimentos também é uma realidade dessa região, concentração de crédito, terra e conseqüentemente a renda fundiária.

Na tentativa de melhor elucidar as contradições entre a concessão do crédito agrícola e a abrangência do programa (PRONAF), os dados do Censo Agropecuário - IBGE (2006) das tabelas 01 e 02 podem apontar ainda outras observações. Segundo os dados presentes na tabela 02, 1.430 estabelecimentos obtiveram financiamentos provenientes de programas de crédito como o PRONAF, porém, a soma dos valores obtidos passa um pouco de 10% do total financiado. Ainda é necessário reafirmar que esses financiamentos, segundo os dados da mesma tabela, foram concedidos via “bancos”, ou seja, essas relações de poder sobre o acesso ao crédito ainda são bastante vinculadas às instituições financeiras tradicionais, com base na data de referência do censo do IBGE (2006).

Os dados sobre concessão de crédito por meio de cooperativas de crédito estão muito abaixo do esperado. Segundo o IBGE (2006), na tabela 02, o total de estabelecimentos que acessaram o crédito foram 113 e o montante de recursos girou em torno de R\$ 2.699.000. Novamente enfatizamos que este é um valor muito pequeno se comparado ao valor total. Esses dados podem demonstrar a necessidade de criação de sistemas cooperativos que viabilizem créditos, mas mais do que isso, que sejam eficientes na coordenação do sistema,

ainda que isso esteja diretamente relacionado ao sistema político de financiamento e ao monopólio financeiro das agências. Como vimos em outros momentos dessa discussão, há certa relação entre o poder político do Estado - que promove as políticas - e seus beneficiários - as instituições financeiras tradicionais e os grandes proprietários de terras. Sem considerar essas relações, dificilmente será possível compreender as relações de poder do crédito nas dinâmicas territoriais do campo.

Tabela 1. Obtenção de financiamento, Microrregião geográfica de Paranavaí – PR

Microrregião Geográfica = Paranavaí – PR						
Ano = 2006						
Agente financeiro	Recursos provenientes de programas governamentais de crédito	Grupos de área total	Variável			
			Unidades	Percentual	Valor (Milhões Reais)	Valor (Percentual)
Bancos	Não são provenientes de programas de crédito	Total	359	15,10	90.591	66,03
		Mais de 0 a menos de 10 ha	81	3,41	475	0,35
		De 10 a menos de 50 ha	97	4,08	2.140	1,56
		De 50 a menos de 100 ha	48	2,02	2.582	1,88
		De 100 a menos de 500 ha	101	4,25	6.727	4,9
		De 500 a menos de 1000 ha	19	0,80	2.547	1,86
		De 1000 a menos de 2500 ha	10	0,42	8.038	5,86
	De 2500 ha e mais	3	0,13	68.077	49,62	
	São provenientes de programas de crédito	Total	1.927	81,07	44.238	32,25
		Mais de 0 a menos de 10 ha	474	19,93	2.648	1,88
		De 10 a menos de 50 ha	1.047	44,05	13.363	9,74
		De 50 a menos de 100 ha	162	6,82	5.646	4,12
		De 100 a menos de 500 ha	210	8,83	16.345	11,92
		De 500 a menos de 1000 ha	24	1,01	5.407	3,94
		De 1000 a menos de 2500 ha	7	0,29	806	0,59
		De 2500 ha e mais	-	-	-	-
	São provenientes de programas de crédito – PRONAF	Produtor sem área	3	0,13	12	0,01
		Total	1.430	60,16	14.726	10,73
		Mais de 0 a menos de 10 ha	413	17,29	2.061	1,51
		De 10 a menos de 50 ha	845	35,55	-	5,87
		De 50 a menos de 100 ha	76	3,20	1.851	1,35
		De 100 a menos de 500 ha	91	3,83	2.293	1,67
		De 500 a menos de 1000 ha	2	0,08	X	X
		De 1000 a menos de 2500 ha	1	0,04	X	X
	São provenientes de programas de crédito - outro programa (federal, estadual ou municipal)	De 2500 ha e mais	-	-	-	-
		Produtor sem área	2	0,08	X	X
		Total	481	20,24	28.848	21,03
		Mais de 0 a menos de 10 ha	59	2,48	582	0,43
		De 10 a menos de 50 ha	196	2,40	1.175	0,86
		De 20 a menos de 50 ha	139	8,25	7.630	5,56
		De 100 a menos de 500 ha	115	4,83	13.687	9,98
		De 500 a menos de 1000 ha	22	0,93	4.967	3,62
	De 1000 a menos de 2500 ha	6	0,25	806	0,59	
Cooperativas de crédito	Não são provenientes de programas de crédito	De 2500 ha e mais	-	-	-	-
		Produtor sem área	1	0,04	X	X
		Total	25	1,05	368	0,27
		Mais de 0 a menos de 10 ha	2	0,12	-	-
		De 10 a menos de 50 ha	13	0,54	167	0,12
		De 50 a menos de 100 ha	2	0,08	X	X
		De 100 a menos de 200 ha	7	0,29	86	0,06
		De 500 a menos de 1000 ha	-	-	-	-
	São provenientes de programas de crédito	De 1000 a menos de 2500 ha	-	-	-	-
		De 2500 ha e mais	-	-	-	-
		Produtor sem área	-	-	-	-
		Total	44	1,85	1.165	0,85
		Mais de 0 a menos de 10 ha	5	0,21	14	0,01
		De 10 a menos de 50 ha	24	1,01	336	0,25
		De 50 a menos de 100 ha	5	0,21	98	0,07
		De 100 a menos de 500 ha	9	0,38	532	0,39
De 500 a menos de 1000 ha	1	0,04	X	X		
De 1000 a menos de 2500 ha	-	-	-	-		
De 2500 ha e mais	-	-	-	-		

		Produtor sem área	-	-	-	-
São provenientes de programas de crédito – PRONAF	Total	24	1,01	325	0,24	
	Mais de 0 a menos de 10 ha	4	0,12	X	X	
	De 10 a menos de 50 ha	14	0,59	138	0,10	
	De 50 a menos de 100 ha	4	0,17	58	0,04	
	De 100 a menos de 500 ha	2	0,08	X	X	
	De 500 a menos de 1000 ha	-	-	-	-	
	De 1000 a menos de 2500 ha	-	-	-	-	
	De 2500 ha e mais	-	-	-	-	
	Produtor sem área	-	-	-	-	
São provenientes de programas de crédito - outro programa (federal, estadual ou municipal)	Total	20	0,84	841	0,61	
	Mais de 0 a menos de 10 ha	1	0,04	X	X	
	De 10 a menos de 50 ha	10	0,42	199	0,15	
	De 50 a menos de 100 ha	1	0,04	X	X	
	De 100 a menos de 500 ha	7	0,29	500	0,36	
	De 500 a menos de 1000 ha	1	0,04	X	X	
	De 1000 a menos de 2500 ha	-	-	-	-	
	De 2500 ha e mais	-	-	-	-	
Produtor sem área	-	-	-	-		

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006). Adaptado pelo autor.

Nota: Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caractere X.

No entanto, ainda dentro do quadro de financiamento proveniente das cooperativas, observamos que o saldo de recursos, embora incipiente, ainda é, em sua maioria, “proveniente de programas de créditos”, sobretudo, do PRONAF. Isso demonstra certa tendência (ainda que pequena) das cooperativas em viabilizar o financiamento agrícola com origem nos programas de financiamento público.

Da mesma forma, é contraditório o número de estabelecimentos e suas áreas que não obtiveram financiamento. Segundo o IBGE (2006), o número de estabelecimentos que não obtiveram financiamento é maior entre aqueles que possuem áreas menores, os pequenos agricultores. Por exemplo, 78,6 % dos estabelecimentos com áreas que variam entre 0 a menos de 50 ha não possuíam financiamentos nesta data, segundo dados da tabela a seguir.

Tabela 2. Estabelecimentos agropecuários que não obtiveram financiamento em relação a grupos de área, Microrregião Geográfica - Paranaíba – PR

Grupos de área total	Número de estabelecimentos	
	Unidades	Percentual
Total	10.654	100,00
Mais de 0 a menos de 10 ha	4.172	39,15
De 10 a menos de 50 ha	4.203	39,45
De 50 a menos de 100 ha	754	7,08
De 100 a menos de 500 ha	1.235	11,59
De 500 a menos de 1000 ha	158	1,48
De 1000 a menos de 2500 ha	53	0,50
De 2500 ha e mais	15	0,14
Produtor sem área	64	0,60

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006). Adaptado pelo autor.

Outra forma de visualizar as contradições do crédito agrícola pode ser verificada quando analisados os dados do financiamento por município disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BCB), disponível no “Anuário estatístico do crédito agrícola”, com série anual e atual desde 1999. O anuário do BCB, diferentemente do que o IBGE disponibiliza com o censo agropecuário, em que a menor escala é a Microrregião, traz um relatório de dados de financiamento por municípios. Só a microrregião de Paranaíba possui um total de 29 municípios, o que inviabilizou a comparação com todos os municípios. Isto sem contar que o

município de Nova Esperança faz parte da microrregião de Astorga. Assim, optamos por apresentar a seguir dados do anuário do BCB referentes aos municípios que também possuem cooperativas da CRESOL. Esses dados, posteriormente, poderão ser comparados com os dados da CRESOL, também referentes a esses municípios.

Há uma tendência que é possível verificar em pelo menos dois dos municípios demonstrados. O exemplo mais evidente é o do município de Alto Paraná (gráfico 2). A partir do ano de 2002 há uma tendência para o número de contratos relativamente se estabilizar, enquanto os valores dos financiamentos apresentam uma linha em ascendência. No município de Marilena (gráfico 3) há uma tendência bem parecida com a do município de Alto Paraná, demonstrando maior concentração do recursos entre a mesma quantidade de estabelecimentos.

Gráfico 2. Financiamento no Município de Alto Paraná



Fonte: Banco Central do Brasil (2013), adaptado pelo autor.

Gráfico 3. Financiamento no Município de Marilena



Fonte: Banco Central do Brasil (2013), adaptado pelo autor.

Já no município de Nova Esperança (gráfico 4) ocorre uma inversão com relação ao número de estabelecimentos que obtiveram financiamentos e os valores acessados, após um período de crescimento tanto de estabelecimentos quanto dos valores. Mas, desde 2006, o município apresenta queda no número de estabelecimentos que obtiveram financiamento, estabilizando-se, a partir de 2008, na faixa de 400 a 500 unidades. Enquanto isso, os valores

financiados no município crescem acintosamente desde 2006. Aliás, o crescimento dos valores financiados só foi negativo entre 2004 e 2006.

A exceção é o município de Paranacity (gráfico 05), que apresenta uma relativa estabilidade - com exceção do ano de 2009, quando apresentou um repentino crescimento - mas que logo no ano seguinte apresentou uma queda, aproximando-se da tendência dos anos anteriores. O motivo desse aumento repentino no ano de 2009 não é demonstrado no relatório e desperta muitas curiosidades. Mas, de forma geral, esse município também mantém a tendência de estabilidade entre o número de estabelecimentos que acessaram o financiamento.

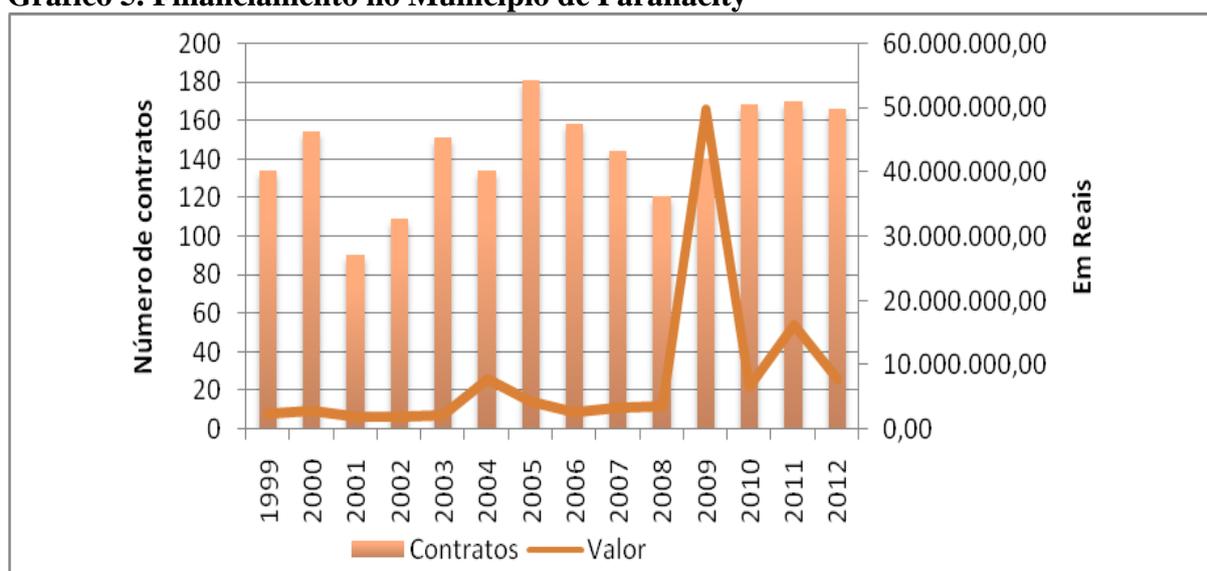
Por fim, o município de Tamboara (gráfico 06) apresenta a mesma tendência do município de Alto Paraná: estabilidade relativa do número dos estabelecimentos, com crescimento acentuado dos valores financiados.

Gráfico 4. Financiamento no Município de Nova Esperança



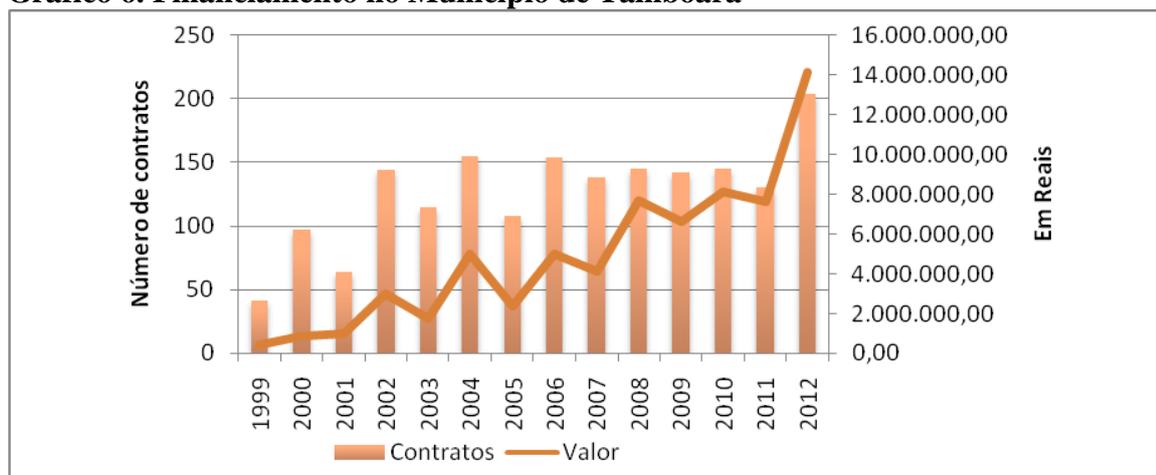
Fonte: Banco Central do Brasil (2013), adaptado pelo autor.

Gráfico 5. Financiamento no Município de Paranacity



Fonte: Banco Central do Brasil (2013), adaptado pelo autor.

Gráfico 6. Financiamento no Município de Tamboara



Fonte: Banco Central do Brasil (2013), adaptado pelo autor.

Essa análise por município apresenta algumas peculiaridades em relação ao acesso do financiamento por estabelecimentos e aos valores obtidos. A análise desses gráficos aponta, de modo geral, para uma realidade bem próxima entre esses municípios, que passaram a receber, desde 2009, unidades de cooperativas do sistema CRESOL, compondo a Base Regional de Paranavaí. Apresentam também uma relativa concentração do financiamento entre poucos estabelecimentos, segundo dados do BCB (2013). Embora os gráficos apresentem uma tendência ao aumento dos valores financiados (exceção apenas do município de Paranacity), esse crescimento não significa necessariamente democratização ao acesso dos recursos financeiros. Pois, como vimos com os dados do Censo Agropecuário IBGE (2006) da tabela 02, a maioria dos estabelecimentos (78,6 %) que não acessaram financiamento está entre as pequenas propriedades (de 0 a menos de 50 ha).

Mesmo que haja uma parcela muito grande de estabelecimentos que não obtêm financiamento (dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006), todas essas tendências apontam para uma hipótese principal: a de que o financiamento, como tem sido feito - a exemplo dos dados sobre a concentração dos recursos via Banco do Brasil - não apresenta tendência para redimensionar as relações de poder, ou democratizar o acesso aos recursos. Mais do que isso: como o número dos estabelecimentos permanece relativamente o mesmo entre os municípios analisados, a tendência é que os clientes das agências financeiras tradicionais permaneçam sempre os mesmos, característica que aponta para a reprodução das relações de poder no acesso ao financiamento.

De modo geral, isto demonstra que o acesso ao financiamento é um instrumento de poder sobre os territórios agrícolas e pode, dessa forma, (re)produzir infindáveis contradições. O exemplo mais forte destas evidências, segundo dados do IBGE (2006), foi de que apenas 3 propriedades, ou seja, menos de 1% dos estabelecimentos, obtiveram praticamente metade dos valores financiados em toda a Microrregião de Paranavaí.

Assim, o que esses dados nos mostram é que na Microrregião Geográfica de Paranavaí os números de financiamento são bastante contraditórios em termos da discussão que fizemos nesse trabalho, referente ao poder do crédito capaz de organizar os territórios da estrutura fundiária. Mesmo sendo poucos os estabelecimentos e baixos os valores obtidos, há diferenças reveladoras quando comparados com a área relativa.

Os camponeses, mesmo sendo quantitativamente superiores em número de estabelecimentos se comparados com as grandes propriedades, de modo geral, foram os que menos acessaram recursos em termos de valores absolutos. Temos buscado encontrar

explicação para uma situação como esta e entendemos que é quase que impossível tentar compreendê-la sem relacioná-la às formas estruturais dominantes, visto que a estrutura político-econômica, germinada com o monopólio territorial, garante a reprodução do poder das dinâmicas territoriais. Tanto quanto no passado colonial ou com o Estatuto da Terra de 1964, o monopólio territorial é a interposição de um poder a outro. O monopólio sobre o financiamento agrícola faz parte desse processo histórico e contribui decisivamente para a permanência das contradições no campo, observadas nessa região.

Corroborando com as outras análises apresentadas primeiramente sobre a perspectiva das análises do poder, podemos afirmar que tanto o Estado, quanto o território e o crédito fazem parte desse conjunto de relações que podem ser observadas na Microrregião de Paranaíba, área de influência do sistema de cooperativa de crédito da CRESOL. Tão evidente quanto a necessidade de haver um sistema de crédito para a reprodução das relações de produção capitalista das relações camponesas, é a admissão de que o crédito também funciona como um instrumento de poder, de forma a viabilizar as relações de subjugação e dominação presentes na estrutura agrária fortemente contraditória.

Embora se trate de múltiplas dinâmicas territoriais, esses dados mostram um pouco o lado daquilo que fundamenta os anseios dos agricultores cooperados da CRESOL que analisaremos a seguir, e mesmo que possam ser questionados os resultados da Cooperativa, fica evidente que estamos lidando com uma estrutura político-econômico que impõe uma lógica dominante. Veremos, ainda, que quando se trata de agricultores camponeses, a multiplicidade das dinâmicas territoriais é ainda mais evidente. Mesmo que essas dinâmicas camponesas sejam quase que uma condição implícita nos territórios agrários, a grande questão em evidência se refere ao nível de autonomia que esses agricultores têm em seus territórios (ou que podem/queiram ter), pois o acesso ao crédito como categoria de poder nas relações com o espaço, diante da análise dos dados apresentados no decorrer deste trabalho, pode, contraditoriamente à autonomia, representar outras formas de dependência.

Cresol: base regional Noroeste

Antes de atentar especificamente aos dados e características da organização do sistema Cresol na região Noroeste do Estado do Paraná, primeiramente é importante destacar que o ato de cooperar é muito antigo e provavelmente remonte às primeiras civilizações, no entanto, as primeiras cooperativas que originaram as concepções de cooperativismo que conhecemos atualmente surgiram apenas com o desenrolar da revolução industrial.

Porém, há diferenças na concepção entre estas cooperativas atuais com a cooperação/associação dos trabalhadores europeus em situação de extrema exploração, quando da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, que faziam disso uma “alternativa de organização social, face à dura realidade social e econômica que estava se fazendo sentir naquele continente” (BÚRIGO, 1999, p. 16-7). Atualmente, essa ideia de transformação/superação não consegue mais dar conta de compreender as cooperativas no mundo moderno/capitalista, nem mesmo o caso do cooperativismo da CRESOL.

No Brasil, o surgimento das primeiras cooperativas não corresponde ao período histórico europeu, já que aqui elas foram surgir somente no final do século XIX, sendo inclusive temerária qualquer comparação com as cooperativas europeias para justificar a organização das cooperativas brasileiras. Somente nos anos 1930 que ganharam maior expressividade, durante o Estado Novo, objetivando incentivar e fortalecer a agricultura. Mas, o período de 1960-1970, de grande ascensão do cooperativismo agrícola empresarial, seja talvez o auge do cooperativismo, pois foi quando houve fortes incentivos do Estado, como

uma das estratégias para a modernização da agricultura brasileira. É justamente nesse período que se observa “estreita ligação entre as cooperativas agrícolas e as políticas do Estado de apoiar a criação de complexos agroindustriais” (BÚRIGO, 1999, p. 19).

Para tentar se diferenciar dos grandes sistemas de cooperativas existentes no Brasil, fruto da modernização que houve no campo com incentivo do Estado, surgiu recentemente um segmento cooperativo desvinculado desses monopólios, defendendo uma forma de sistema cooperativo alternativo. O surgimento da CRESOL faz parte desse processo e se divide em dois pontos principais. Se por um lado as instituições financeiras tradicionais não correspondem aos anseios dos agricultores camponeses, por outro lado, também não o fazem as grandes cooperativas de crédito que se expandiram a ponto de serem comparadas a qualquer instituição bancária. Essa diferença é um fato inegável, como veremos nos dados a serem analisados mais adiante; no entanto, apresentam-se sérias dúvidas quanto ao papel de transformação da sociedade dessas outras cooperativas no que se refere à autonomia dessas instituições.

Para compreender um pouco melhor tanto a expansão como a organização desse sistema é preciso analisar a sua constituição em rede (figura 2). Segundo Búrigo (2006), o surgimento do cooperativismo de crédito da CRESOL, inicialmente no Sudoeste do Estado do Paraná, é o resultado de experiência do Fundo de Crédito Rotativo, desencadeado pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Técnica Rural (ASSESOAR). Além de uma ONG do meio rural, que atua na região desde os anos de 1960, sindicatos e organizações religiosas discutiram com agricultores camponeses a importância da participação política e da cooperação. As cinco primeiras cooperativas surgiram em meados de 1995, juntamente com uma cooperativa base regional de serviços, para coordenar o processo e dar suporte administrativo às cooperativas singulares.

As análises teóricas sobre a constituição da CRESOL apontam muitos indícios de que a proposta inicial dos agricultores que se organizaram foi a de que organizados poderiam juntar forças em favor da agricultura familiar. Sem dúvida se tratava de um exercício de poder político, que era responsável por corresponder aos anseios dos seus cooperados. Surgida na região de Francisco Beltrão, no Estado do Paraná, que cresceu para outras regiões.

Figura 2. Organização do Sistema CRESOL

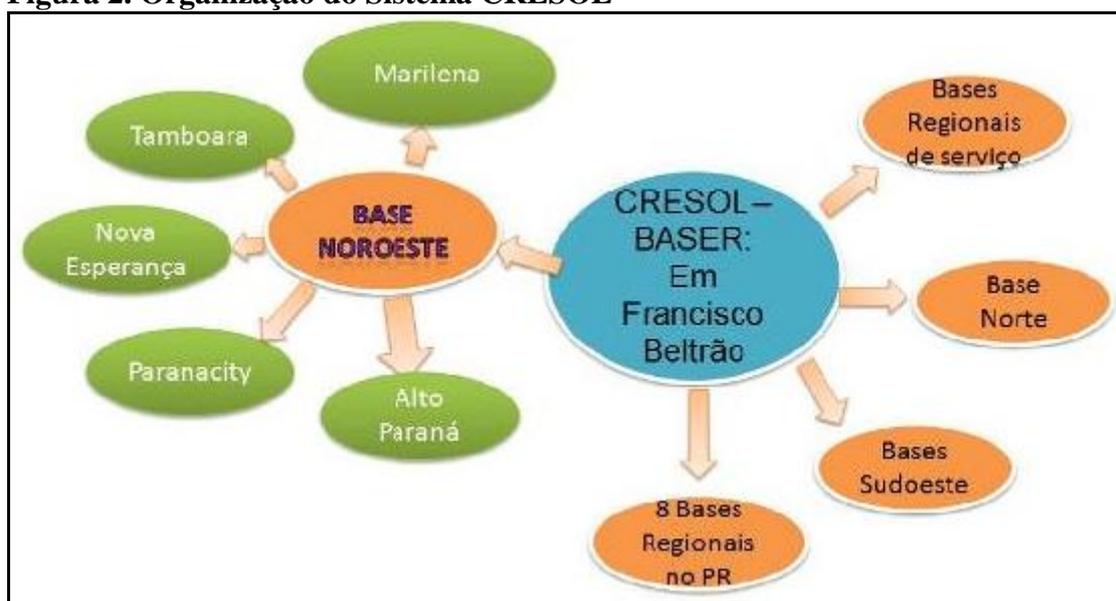


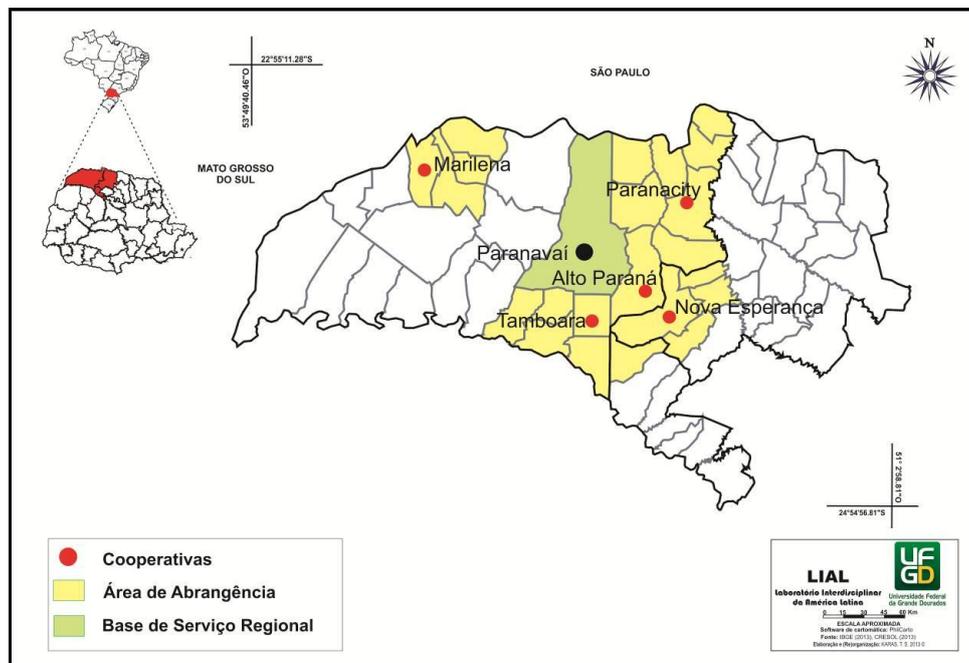
Figura ilustrativa;

Fonte: CRESOL. Organizado pelo autor

Desde então, a CRESOL expandiu-se para grande parte do Estado do Paraná³, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mais recentemente, há a presença da CRESOL na região Sudeste, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e no Norte, no Estado de Rondônia. Existem ainda, quando da realização dessa pesquisa, discussões e planejamentos para a expansão para muitas outras regiões. Devido ao crescimento da CRESOL, no ano 2000, o Banco Central exigiu a criação de duas centrais de crédito: uma delas é a CRESOL-BASER, que está instalada em Francisco Beltrão/PR; a outra é a CRESOL-CENTRAL, localizada em Chapecó/SC. Essas centrais de crédito atuam para coordenar todo o sistema, fornecendo apoio técnico às bases regionais.

O embrião do cooperativismo da CRESOL no Noroeste do Paraná foi lançado com o curso de Gestão com Ênfase em Cooperativismo, promovido pelo INFOCOS – Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. Naquela ocasião, houve a participação de pequenos agricultores, dirigentes sindicais, comerciantes e simpatizantes em geral. No início, tudo era incerto e novo, mas aos poucos os participantes se interessaram, amadureceram a proposta e, hoje, existem cinco cooperativas fundadas na região (figura 03)⁴.

Figura 3. Cooperativas da base regional Noroeste



Fonte: CRESOL (2013), organizado pelo autor.

As entrevistas realizadas com os cooperados apontam para as impressões que os primeiros participantes dos cursos do INFOCOS tinham. Eles consideravam a CRESOL uma iniciativa diferente para a organização dos agricultores, a qual estava dando bons resultados através das cooperativas da região Sudoeste do Estado do Paraná. Além disso, viram que

³ Inclusive para a região Noroeste do estado do Paraná, como veremos mais posteriormente.

⁴ “Desde o ano de 2006, com o início do curso de Gestão em Cooperativismo onde os pequenos produtores puderam assim manifestar o interesse pelo cooperativismo, que com os grandes avanços promovidos pelo Sistema CRESOL, interesses dos grupos comunitários rurais e também o apoio dado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Paraná, em dezembro de 2009 foi fundada a cooperativa neste município”. Depoimento dado pelo presidente do sindicato (SINTRAP, 2010).

havia algumas facilidades que não existiam quando estavam inteiramente dependentes do financiamento via Banco do Brasil.

Este sistema apresenta algumas características próprias, já que a própria CRESOL defende que o sistema não favoreça a centralização financeira, a exemplo do que acontece com as cooperativas de crédito tradicionais. Entendemos que há um sentido de que mesmo que o sistema esteja crescendo e se expandindo, busca manter a ideia de valorização das dinâmicas locais entre seus cooperados, na medida em que mantém nas próprias cooperativas as receitas que são entre elas geradas. Mas, o que não está bem esclarecido é de que forma é feita a manutenção do sistema. Isto demonstra haver uma rede de intercâmbio e poder, pois à medida que o sistema expande, depende também de que cada cooperativa esteja financeiramente bem, de forma a garantir sua manutenção, independentemente de ser centralizadora ou não.

Neste contexto é que grande parte dos agricultores entrevistados desta região demonstra necessidades de obter acesso ao financiamento e crédito para a agricultura, por meios diferentes do sistema bancário tradicional. Assim, resta saber se a cooperativa consegue atingir seu objetivo para atender as necessidades de financiamento dos agricultores familiares cooperados. Vejamos a seguir.

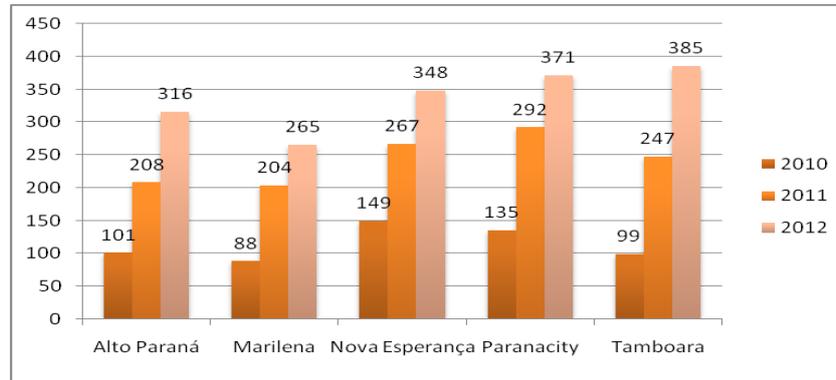
Dinâmicas territoriais do crédito cooperativo da CRESOL

Quando nos deparamos com estudos que se propõem a compreender as dinâmicas territoriais, normalmente observamos que há uma verdadeira polissemia de conceitos que se referem a essa temática, como apresentado resumidamente no início desse trabalho, isso decorre do fato de que as dinâmicas são múltiplas e diversificadas. Tratando-se de uma cooperativa de crédito, as implicações de poder na ordem político/econômica assumem características especiais, como a tentativa de grupos humanos de afirmar e garantir o controle em determinados espaços e aspectos da realidade.

O território repartido e limitado, como fruto da organização espacial, representa uma territorialidade com diversas possibilidades temporais presentes em um mesmo lugar. O território como espaço da imbricação de temporalidades possibilita compreender que num mesmo lugar as contradições se fazem presentes, pois são fruto de distintos momentos do desenvolvimento histórico. Assim, uma análise dialética sobre essas temporalidades permite transpor a superficialidade inerente às relações e é capaz de contribuir para a compreensão de que as “partes” desempenham funções no conjunto das estruturas, sendo, evidentemente, indissociáveis. Martins (1996), em sua análise sobre a dialética, corrobora com as análises das dinâmicas territoriais afirmando que elas não se isolam, pois são parte de um conjunto que caminha junto para a transformação de uma realidade. A dificuldade consiste em identificar o “movimento”. O tempo é movimento e nada mais importante do que dedicar um estudo sobre essas temporalidades.

Parte dessas contradições puderam ser observadas na região de estudo ao discorrer sobre as particularidades encontradas nos dados sobre o financiamento da CRESOL e nas entrevistas que foram realizadas. Primeiramente, apresentaremos os dados que demonstram a atuação e a evolução da CRESOL em cada município que compõe a base regional de Paranaíba (gráfico 07) e, após isto, analisaremos as entrevistas, que ora reafirmam o papel de transformação do cooperativismo solidário da CRESOL, ora o negam. Porém,

Gráfico 07. Evolução do número de cooperados das cooperativas da base regional de Paranavaí

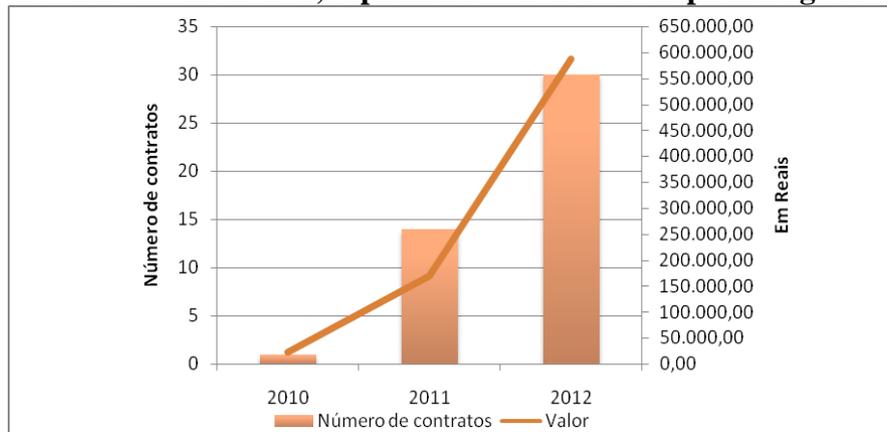


Fonte: CRESOL (2013), adaptado pelo autor.

independentemente de ser uma afirmação ou negação, a principal discussão caminha no sentido apresentado desde o início deste trabalho, quando afirmamos que as três categorias de análise que discorreremos (Estado, crédito e território) são partes constitutivas e indissociáveis, além de serem mediadas por relações de poder.

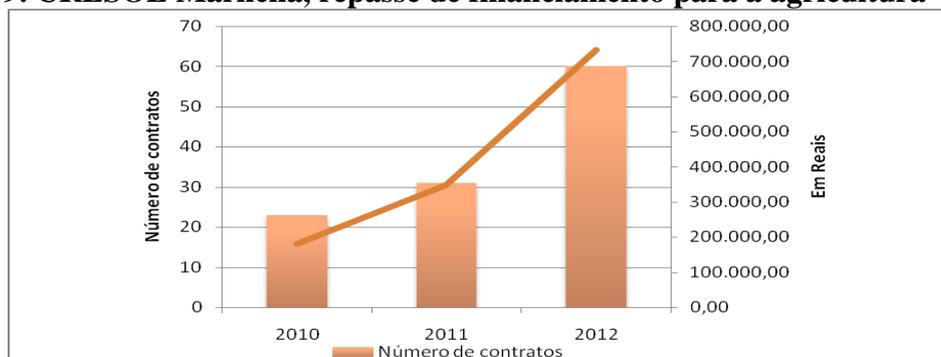
Os gráficos a seguir (08 a 12) apontam alguns dados sobre a relação entre os valores financiados e o número de contratos realizados nas cooperativas da base regional de

Gráfico 08. CRESOL Alto Paraná, repasse de financiamento para a agricultura



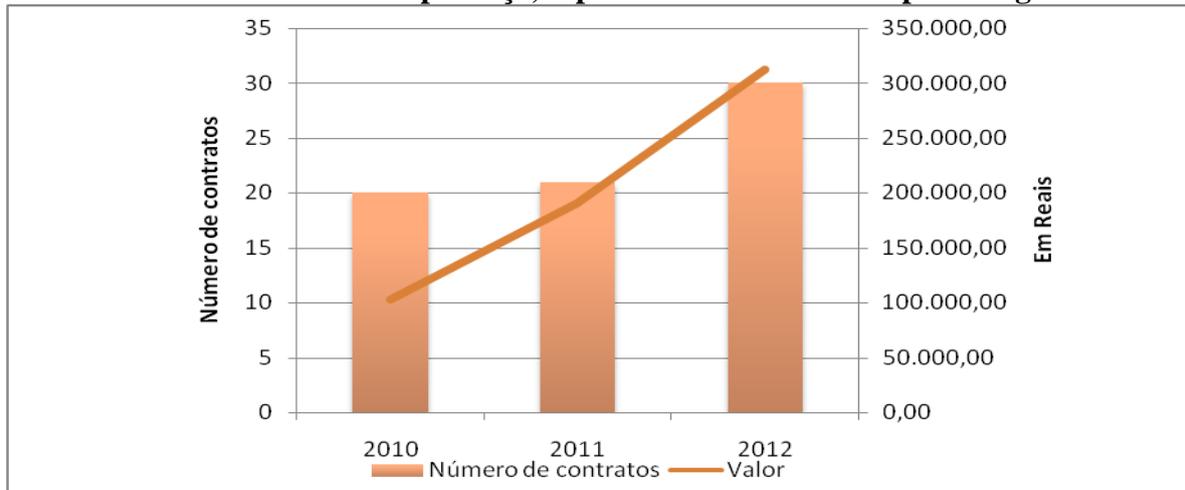
Fonte: CRESOL (2013), adaptado pelo autor.

Gráfico 09. CRESOL Marilena, repasse de financiamento para a agricultura



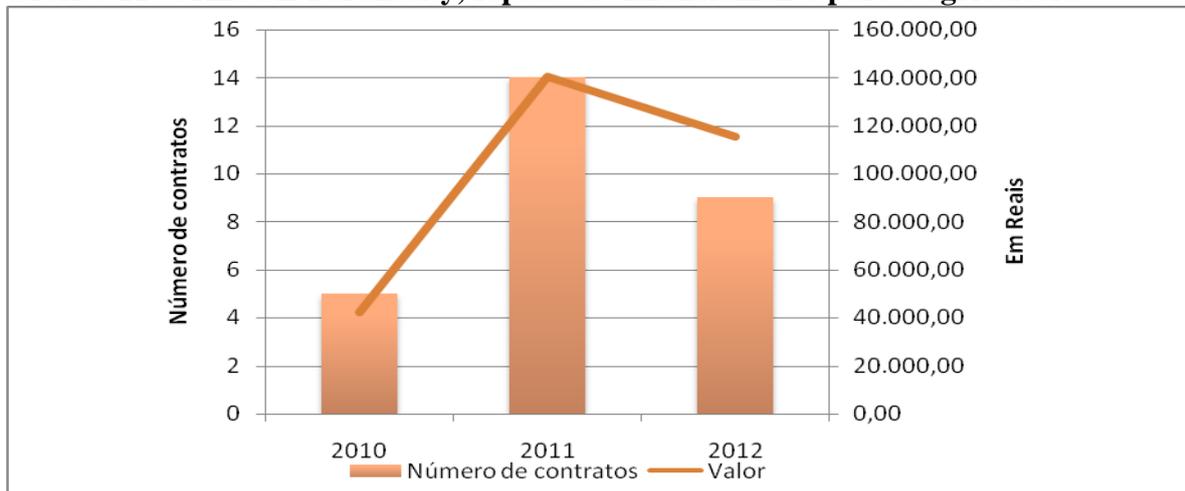
Fonte: CRESOL (2013), adaptado pelo autor.

Gráfico 10. CRESOL Nova Esperança, repasse de financiamento para a agricultura



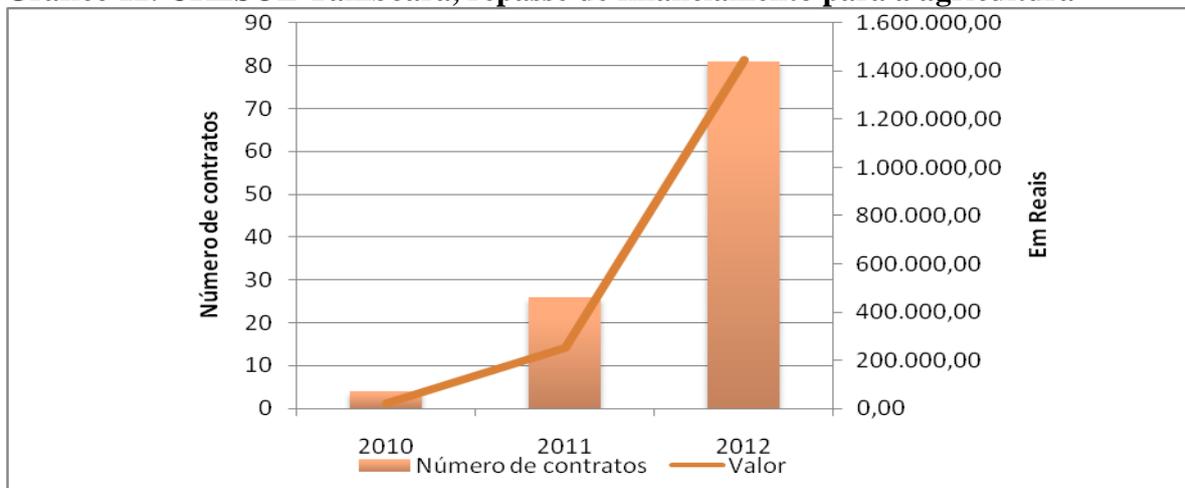
Fonte: CRESOL (2013), adaptado pelo autor.

Gráfico 11. CRESOL Paracity, repasse de financiamento para a agricultura



Fonte: CRESOL (2013), adaptado pelo autor.

Gráfico 12. CRESOL Tamboara, repasse de financiamento para a agricultura



Fonte: CRESOL (2013), adaptado pelo autor.

Paranavaí. Com base nesses dados, podem ser feitas algumas considerações, comparando-os com os dados anteriores sobre o número do quadro de cooperados das cooperativas, bem como com os dados de financiamento na agricultura, segundo o BCB.

De modo geral, esses gráficos apresentam as mesmas tendências. Embora mostrem um crescimento bastante tímido dos números de contratos para financiamento da agricultura - chamados pela CRESOL de “repasses” – apresentam algo diferente em relação ao que vimos nos dados do BCB. Ainda, se comparados com o número de cooperados já existentes na CRESOL apresentado anteriormente (gráfico 07), o número de contratos está aquém de uma margem percentual satisfatória, ao considerá-la uma organização que poderia democratizar o acesso aos recursos.

De todos os cinco municípios, o que mais chama a atenção e torna ainda mais evidente essas considerações é o caso da cooperativa do município de Paranaity. Observamos que no ano de 2012 houve uma redução do número de contratos que obtiveram financiamento. No entanto, os valores totais financiados na cooperativa para esse mesmo ano também sofreram uma redução. Ou seja, numa escala de poder de acesso ao financiamento pela CRESOL, esta cooperativa é a que apresenta uma dinâmica territorial mais próxima aos anseios das pequenas propriedades.

Assim, o que se observa, é que a tendência do número de contratos com relação aos valores financiados se acompanham. Há uma certa lógica - mesmo que se trate de um crescimento do número de contratos bastante pequeno – já que eles correspondem com o crescimento dos valores financiados. A principal hipótese para esta realidade é que além dos cooperados da CRESOL serem todos agricultores familiares⁵, são também empréstimos de baixo valor, se comparados com a agricultura empresarial.

A grande diferença entre os financiamentos para a agricultura oriundos dos bancos tradicionais e os que são oriundos da cooperativa de crédito da CRESOL é que no primeiro caso, os valores que correspondem ao financiamento corrente têm aumentado substancialmente por mais de uma década. Enquanto isso, o aumento do número de contratos de agricultores que obtiveram os recursos não cresceu obedecendo a mesma tendência dos valores, conforme analisado anteriormente, nos gráficos 2 ao 6.

Outra questão é que, se comparados os valores dos financiamentos entre a CRESOL e o Banco Central nos mesmos municípios, os dados apresentam tendências completamente opostas (figura 4 e 5). No entanto, há de se ressaltar que os valores financiados pela CRESOL são menores do que os acessados pelos bancos tradicionais, conforme dados fornecidos pela própria Cooperativa. Porém, as tendências são claras: os dois municípios que mais financiaram pela CRESOL (Marilena e Tamboara) estão entre os que menos financiaram pelos bancos tradicionais. Assim como no caso oposto, já que os dois municípios que mais financiaram por instituições bancárias tradicionais, analisando os dados do BCB, são os que menos financiaram pela CRESOL.

No entanto, essas diferenças estatísticas podem não demonstrar claramente a dinâmica local do poder sobre a categoria do financiamento na agricultura. Além do que seria preciso considerar que se trata de uma cooperativa de crédito cuja atuação na região é ainda extremamente recente para se projetar fielmente seus resultados. Nesta mesma escala local existem dinâmicas que contradizem as propostas de solidariedade do cooperativismo de crédito. A principal característica que reforça essa hipótese é a de que a sustentação desse sistema está relacionada ao poder que ele tem de disputar espaços com outras instituições financeiras no mercado de crédito da agricultura

⁵ Um dos critérios para ser cooperado da CRESOL é de que a propriedade não seja superior a um módulo fiscal. Para a região de Paranavaí isso corresponde a aproximadamente 30 ha.

Figura 4. CRESOL: Financiamento das cooperativas da base Noroeste, ano de 2013

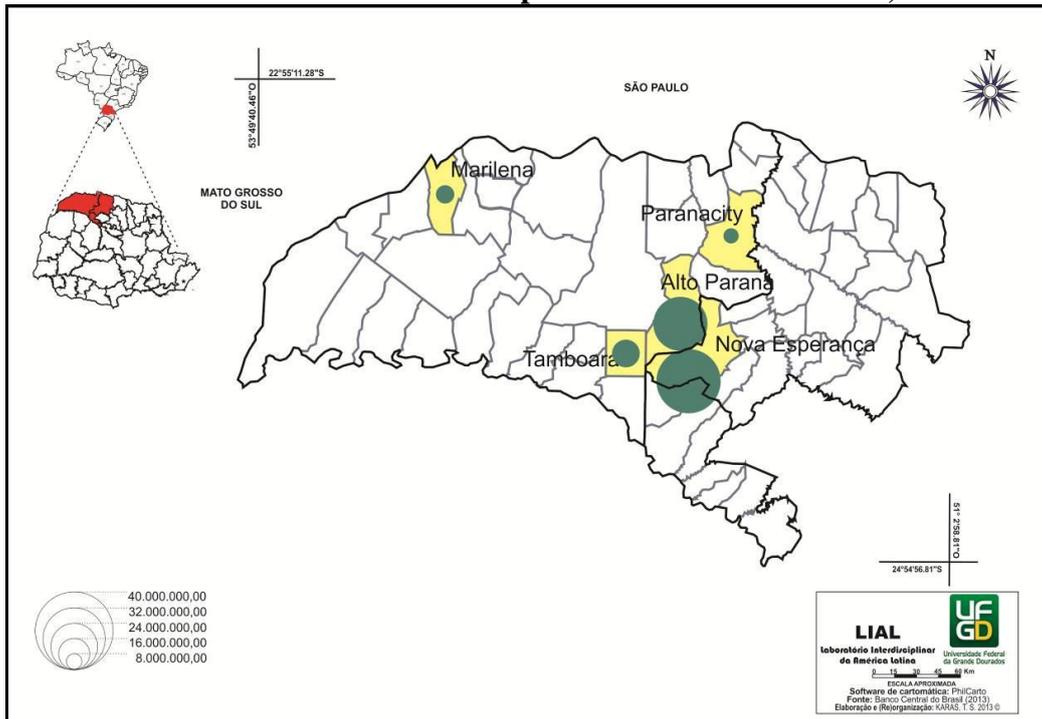
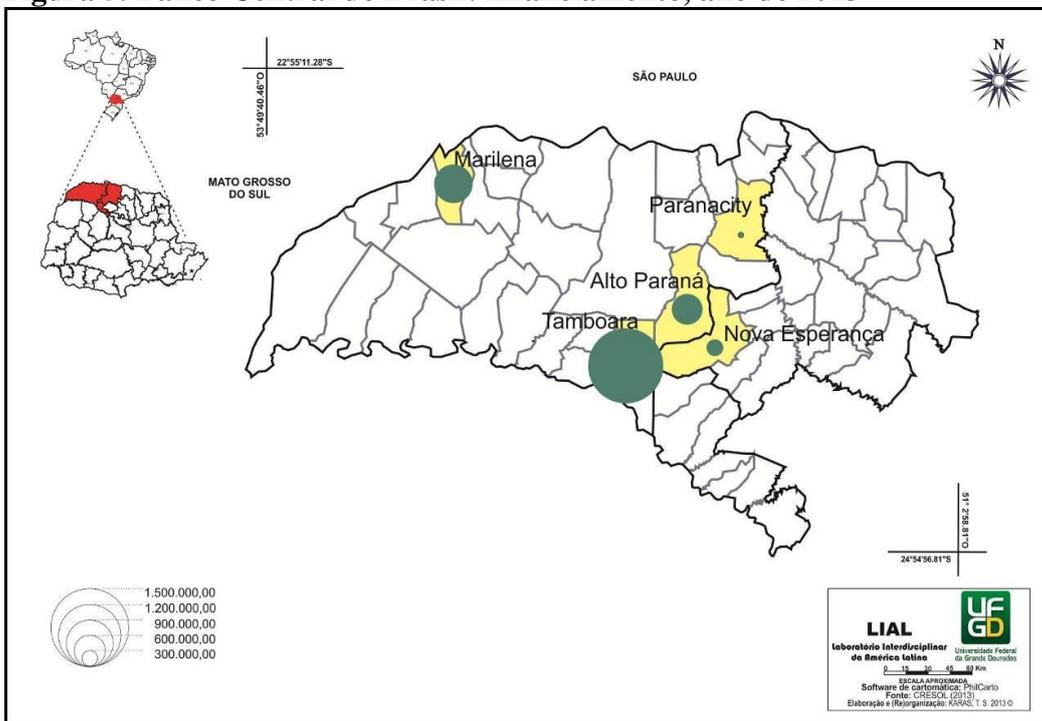


Figura 5. Banco Central do Brasil: financiamento, ano de 2013



Nas falas coletadas nas entrevistas que foram realizadas com cooperados da CRESOL, apontam-se caminhos para se pensar em outras possibilidades sobre os sistemas de créditos. No caso específico da região de estudo, embora os dados do IBGE (2006) sustentem um significativo aumento dos valores para o financiamento da agricultura, tanto na região como

um todo e especificamente nos municípios que possuem cooperativas da CRESOL, este aumento não demonstra que isto esteja relacionado com a democratização do acesso aos recursos financeiros. O entrevistado A (ALTO PARANÁ, 2013)⁶ afirma categoricamente haver diferenças no tratamento entre grandes e pequenos agricultores quando estes procuram uma agência bancária tradicional para fazer o empréstimo. Ele afirma conhecer pessoas no município de Alto Paraná “que nem terras possuem”, mas que têm acesso aos financiamentos. Isso está relacionado ao fato de que o financiamento originado pelas políticas públicas possui taxas de juros bem abaixo das praticadas no mercado corrente.

O mesmo entrevistado ainda comenta que além dessas pessoas utilizarem esses recursos como instrumento de poder, é comum no município conseguir novos financiamentos, mesmo por parte daqueles que não tenham cumprido com as dívidas dos financiamentos anteriores. Enquanto isso, os projetos para financiamento dos agricultores familiares feitos por intermédio da cooperativa dificilmente são aprovados pelo Banco do Brasil. Atualmente, a cooperativa tem captado recurso do PRONAF via BNDES, pois a cooperativa afirma que no ano de 2013 “o Banco do Brasil não aprovou nenhum projeto para financiamento do PRONAF” que tenha sido proposto pelos cooperados da CRESOL (ALTO PARANÁ, 2013).

A questão que fica evidente é que, por um lado, o Banco do Brasil não demonstra ter interesse em que esses agricultores sejam contemplados, dentro da proposta que é própria deste tipo de política pública para o financiamento da agricultura camponesa. Por outro lado, isto demonstra que há conflitos de interesses por parte do Banco do Brasil, que age contra a atuação da cooperativa CRESOL nesses municípios.

Essa questão ainda assume proporções maiores quando o entrevistado A, de Alto Paraná (2013), cita um caso que ocorreu recentemente em um dos balanços anuais que a cooperativa realizou com seus cooperados. Ele diz que a cooperativa convidou o gerente do Banco do Brasil para o evento e nesta oportunidade o próprio gerente afirmou que no ano anterior (2012) “foram devolvidos para o governo mais de 2 bilhões de reais por não ter para quem financiar”. Nada mais contraditório, pois se observarmos os dados (gráfico 02), eles demonstram que não ocorreram grandes mudanças nos números de contratos financiados. Ou seja, possivelmente os financiamentos ocorreram principalmente entre aqueles que foram clientes nos anos anteriores. Isto torna ainda mais evidente a hipótese de que a permanência da estrutura de financiamento é, sobretudo, a reprodução das relações de poder.

O cooperado ainda afirmou que é muito real a diferença na forma com que os agricultores familiares são tratados pelo Banco do Brasil. Enquanto ele diz que “na cooperativa somos tratados como iguais”, no Banco do Brasil isto é diferente. Para acessar o PRONAF, ele afirma: “embora tenha pessoas que dizem que depois que a CRESOL chegou a Alto Paraná, hoje está diferente, eu acredito que não. O Banco do Brasil sempre tenta (ou tentava) colocar muitas dificuldades”. Sobre essa espécie de descaso por parte dos bancos, o entrevistado diz existir muita burocracia, como, por exemplo, para “pedir um documento de manhã, à tarde pedir outro documento e a demora em ser aprovado o financiamento”. Isso tudo, segundo o entrevistado, acaba provocando desânimo, porque cada vez é preciso se deslocar do sítio até a cidade para levar esses documentos. Do contrário, caso demore a levar, isto seria motivo para atrasarem ainda mais a liberação do recurso, sob a alegação de que os agricultores estariam desinteressados (Entrevistado A - ALTO PARANÁ, 2013).

Nesse ponto, acreditamos que haja diferenças nas relações entre Banco *versus* agricultor, e entre cooperativa *versus* agricultor. Isso, no caso da cooperativa, não significa necessariamente agilidade na aprovação do projeto e do recurso, mas contraria a lógica de

⁶ Com o objetivo de tentar garantir a idoneidade das informações concedidas, foi previamente combinado com os entrevistados de que seriam preservadas suas identidades. Acredita-se que, com isso, pudessem se sentir mais à vontade para prestar as informações.

mercado das agências tradicionais. As relações com os bancos seriam mais rígidas, enquanto que na cooperativa os agricultores se sentem mais à vontade. Essas considerações se aproximam do exposto em outro momento desse trabalho, segundo Búrigo (1999), entre as vantagens da CRESOL, está o fato de que são os próprios agricultores que dirigem as cooperativas e o atendimento é igual a todos.

No entanto, existe ainda outra questão a ser ressaltada, que diz respeito à cooperativa tentar selecionar seus cooperados. O que acontece, segundo o entrevistado, é que se um dos cooperados não cumprir com os compromissos de empréstimo, é a própria cooperativa que terá que arcar com a dívida, seja ela contraída com o BNDES ou com o Banco de Brasil. Isso ocorre justamente porque há uma parcela de agricultores que já é vista como “mau pagadora”. Ademais, a cooperativa possui um conselho fiscal, formado pelos próprios cooperados, que não aprova a adesão na cooperativa de projetos de financiamento de agricultores que estejam “sujos na praça”. Lembra, sobre um determinado agricultor do município, que “nem que ele vendesse tudo que tem, não paga o que deve no Banco. Como aceitar ele na cooperativa? Ainda mais querendo logo de início empréstimos” (Entrevistado A - ALTO PARANÁ, 2013).

Portanto, essas informações apontam que o financiamento na agricultura está muito ligado às dinâmicas de poder e às dinâmicas dos territórios. A dinâmica de acesso ao financiamento indica uma afirmação de classe(s) em disputa. Se por um lado a cooperativa transmite uma ideologia para a democratização do acesso ao financiamento, por outro, tende a se fechar e restringir a organização dos cooperados que podem cumprir com suas dívidas, desde que estejam dentro do “padrão” aceitável para compor o quadro. Existem ainda normas e legislações que direta ou indiretamente cobram das organizações o seu cumprimento. As relações, embora aparentemente democráticas, são mediadas a partir de relações econômicas, que, neste caso, podem definir ou restringir o acesso ao sistema de crédito. De outra forma, essas relações de poder, não se restringem apenas ao lugar, pois o Estado tem papel fundamental nas mesmas.

O acesso ou a restrição ao crédito permeiam as relações econômicas. O Estado, como promotor de políticas, não consegue responder às demandas da sociedade, já que essas relações passam a ser definidas na esfera econômica. A multiplicidade das dimensões do poder se torna evidente. Mesmo sendo dimensões centrais, sejam elas políticas ou financeiras, estão intercambiadas; e, ao se tratar do crédito cooperativo da CRESOL, podem muito bem comprometer o nível de organização democrática que se quer aceitável. Sobre este setor, o próprio Estado pouco consegue obter controle, mesmo se tratando de uma política pública. O resultado de políticas como essas pode, assim, ser facilmente contestado, se levadas em consideração as relações de poder na escala local, ou ainda, uma escala de poder local que reproduz a escala de poder político nacional. Uma cooperativa de crédito como a CRESOL indica ser um instrumento de classe para definir o acesso/exclusão entre aqueles que estão “aptos” a serem cooperados. Os reflexos das relações de poder indicados na escala local podem apontar perspectivas para pensarmos nestas escalas de poder tanto a nível nacional ou até mesmo internacional.

A multiplicidade dessas escalas de poder causa confusão. Muitas vezes, há falta de entendimento pelos atores sociais, quando, de fato, a proposta política do Estado não corresponde com a realidade. Provocam sensações de descrença no papel político do Estado, sem que os atores sociais possam, ao mesmo tempo, compreender essa confusão. Na verdade, fica evidente que essa espécie de “penumbra” que paira sobre as políticas de acesso ao crédito tem relação com os múltiplos níveis de acesso ao poder. O sintoma principal é de que a finalidade do crédito como política pública está em relação *para* e *com* o nível de poder que há nos territórios.

Embora sejam situações que apresentam muitas contradições, voltamos a ressaltar que há, segundo os entrevistados, diversas vantagens na organização cooperativa da CRESOL e os dados dos financiamentos também apontam nessa direção. Acreditamos que é necessário compreendê-las pontualmente em relação às contradições que são apresentadas. De modo geral, os entrevistados citam que há diferenças nas relações entre agricultores que acessam o crédito pelo banco tradicional e os que acessam pela cooperativa. Uma hipótese que pôde ser conferida foi apontada por um dos entrevistados, quando sugere que “o cooperativismo da CRESOL incomoda o Banco do Brasil”. Cita ainda, que embora o Banco do Brasil seja o principal parceiro da CRESOL⁷, eles são também “concorrentes” (Entrevistado B - Alto Paraná, 2013). Concorrem a favor, principalmente, da concessão de empréstimos do PRONAF, mas concorrem também pela abertura de contas, empréstimos pessoais e vendas de serviços (como seguros de carros, casas, pessoais). Enfim, além de tudo, concorrem dentro das relações de poder financeiro em âmbito local. Na direção dessas questões, fica evidente, como já citado, os motivos pelos quais as cooperativas da região fizeram o repasse do PRONAF vinculado ao BNDES pois, como foi informado, no ano de 2013 o Banco do Brasil não teria aprovado nenhum dos seus projetos.

No que cabe à medição de forças oriundas do sistema de financiamento para a agricultura, observamos que esses confrontos do poder não têm recebido a devida atenção pelas propostas de políticas públicas do Estado brasileiro. São fortes os indícios de que nas escalas mais próximas do lugar, como temos tentado demonstrar, os territórios apresentam diversas relações de poder, como se torna evidente com o PRONAF. O simples fato de ser concebida como uma política pública, não resolve os problemas relacionados às disputas de poder em escala local. Embora os dados oficiais do Estado e da cooperativa apontem para o aumento dos valores financiados, analisar os números por si só pode simplesmente esconder o que há por de trás do processo.

Há uma política específica para o crédito na agricultura familiar, todavia, sua concepção faz parte de um modelo de desenvolvimento hegemônico encampado pelo Estado. Tanto quanto é também hegemônico o sistema financeiro, do qual faz parte tanto o Estado, como as políticas que por ele são propostas. A institucionalização do sistema de cooperativas no Brasil constitui parte desse “*hegemon*”. A grande questão é: como um sistema de cooperativas como a CRESOL pode ser concebido como uma organização de agricultores que se solidarizam entre si, sendo ao mesmo tempo institucionalizado por um sistema de leis oriundas do arcabouço institucional do Estado?

Como já foi apresentado, muitos admitem que existam diferenças consideráveis entre os sistemas de cooperativas no Brasil. Este argumento é, até certo ponto, plausível, já que existem diversos exemplos de cooperativas no Brasil que se tornaram verdadeiros impérios capitalistas de organização coletiva. A CRESOL tem sido considerada por diversos atores (diretores, cooperados, ou até mesmo intelectuais) como um sistema de cooperativa diferente dos atuais “impérios cooperativos” existentes. Acreditamos que embora exista essa possibilidade, este é um sistema que está quase que completamente vinculado ao padrão de desenvolvimento político/financeiro hegemônico. E é em relação a esse sistema que precisamos melhor aprofundar as características do sistema de cooperativismo da CRESOL.

Um dos cooperados entrevistados relata ser este talvez um dos maiores problemas dessa cooperativa. Cita que “a CRESOL tem que crescer igual a qualquer outra instituição

⁷ A cooperativa explica que por determinação do Banco Central do Brasil, ela deve estar vinculada a uma agência bancária. Existem serviços que só podem ser feitos por um banco, como por exemplo, as compensações de cheques. Dito de outra forma, embora a CRESOL seja concebida como um sistema alternativo para o crédito da agricultura, está presa ao sistema financeiro tradicional.

financeira”⁸ (Entrevistado C, Alto Paraná, 2013). Em relação a isso, sua fala indica que, como toda organização capitalista, a CRESOL necessita cumprir metas. A manutenção e a permanência do sistema tem relação com o crescimento planejado (das metas estabelecidas) que ela pode/poderá ter. Esses apontamentos reafirmam a importância de compreender as relações de poder do financiamento de crédito para a agricultura. Pois, se as relações de poder são definidas numa escala de ação diferente da que a CRESOL atua, como analisamos no meio político/financeiro, isto indica que esta organização é parte do sistema de dominação, mesmo que possua uma “pintura” diferente. Nesse sentido, embora tenha princípios cooperativistas e solidários que não podem ser negados, sua atuação aponta estar limitada à escala de poder das grandes organizações financeiras e do Estado.

O crescimento do sistema CRESOL e logo, sua burocratização e homogeneização, como um sistema capaz de se expandir para diversas regiões, mas ao mesmo tempo, preservar as características do sistema como um todo, acaba impossibilitando sua capacidade de adaptação e valorização das dinâmicas territoriais locais, haja vista sua multiplicidade e diversidade. E, assim como ocorre quando se trata das políticas públicas, o Estado não valoriza a capacidade de intervenção local dos territórios de forma diversificada. No entanto, na contramão desse processo, as possibilidades múltiplas de organização do território impactam decisivamente na ordem como um todo.

No caso da política de financiamento para a agricultura, a ordem política financeira aponta que as instituições devem projetar seu crescimento para garantir a manutenção do sistema. Como se trata de uma sociedade capitalista altamente desenvolvida, até mesmo as políticas públicas e as políticas de financiamento da agricultura, a exemplo do PRONAF, são parte da ordem que garante a reprodução das relações de produção capitalistas, já que o acesso ao crédito pelos camponeses está dentro de uma ordem econômica de produção alimentar. Desta maneira, fica quase impossível que as características múltiplas dos territórios possam, a partir de tais propostas, criem algo novo, diferente, ou que seja capaz de corresponder aos anseios territoriais internos, próprios e autônomos. E isso não é um assunto que tem sido levado muito a sério pelas chamadas políticas de desenvolvimento territorial. Embora a multiplicidade seja a principal característica do(s) território(s), essa multiplicidade não pesa nas políticas conforme a sua presença nos lugares, fatores que se apresentam opostos em muitos casos.

Talvez essa espécie de negligência com o território, com o local, com o lugar seja devido à tentativa política de homogeneizar as relações que não podem ser homogêneas. Os múltiplos territórios de que estamos falando são lugares de disputa de poder, de interesses diversos que se materializam nas ações de grupos ao tentarem garantir a própria autonomia em relação a outros grupos. Essas divergências locais não podem ser negligenciadas quando se trata de políticas públicas, como as de financiamento agrícola.

Talvez, uma das grandes questões seja tentar equacionar em que sentido o sistema CRESOL, sendo um sistema que presa pela solidariedade entre seus cooperados, é capaz também de garantir a solidariedade territorial. Como garantir que o sistema CRESOL seja também solidário, partindo de dinâmicas locais, sem que a sua permanência como um sistema que necessita crescer e expandir, não lhe cause, ao mesmo tempo, a morte de sua solidariedade, característica esta tão valorizada por seus integrantes.

Considerações finais

⁸ Observe o gráfico 11, sobre a evolução das cooperativas da base de Paranavaí.

De fato, as análises apresentadas neste trabalho nem de longe pretendem esgotar as discussões sobre os aspectos da dimensão do poder do crédito agrícola, no entanto, nos apresentam muitas características para avançar no amplo debate a respeito das relações de poder no campo ou da questão agrária, e especificamente, das relações de poder que há no campo mediante o acesso/restrrição do crédito agrícola. Amparado nas contribuições teóricas que abordam o território como múltiplo e diversificado, se propôs analisar o crédito agrícola como uma dimensão de poder no campo. Assim sendo, esse debate parte do reconhecimento de uma totalidade que abarca ações das instituições financeiras, o Estado, as políticas, a cooperativa CRESOL, pequenos e grandes agricultores, enfim, uma totalidade que se faz múltipla.

Procuramos, no transcorrer do trabalho, enfatizar o Estado, o crédito e o território como categorias interdependentes das relações de poder, que se dão, em geral, no campo e particularmente, na CRESOL. Esta estratégia possibilita tornar o pensamento geográfico mais didático, partindo-se de uma generalização para se chegar numa especificidade, a política de crédito e as relações do acesso ao financiamento no campo. Tudo isso feito de forma a atingir os meandros do poder do crédito numa organização cooperativa, possibilitando compreender as partes constitutivas da sinuosidade presente nas relações de poder.

Embora, evidentemente, uma das principais características dessas análises das relações de poder seja suas múltiplas dimensões e suas correspondentes conexões (Estado, crédito e território), há muitas características que quando analisadas nas suas particularidades, entre elas a dimensão de poder do Estado, apontam uma conexão mais íntima entre financiamento agrícola e a política que se quer, como, por exemplo, o “Estatuto da Terra”, ou as determinações do Banco Central sobre a atuação das cooperativas. Tanto as dinâmicas territoriais, de modo geral, como particularmente as dinâmicas territoriais do crédito, perpassam pela dimensão do poder político do Estado.

Este controle sobre o acesso ao monopólio do crédito está diretamente relacionado ao monopólio da renda capitalista da terra, sobretudo como condição de reprodução do monopólio territorial capitalista. Da mesma forma como propõe José de Souza Martins (1993, 1995), a reprodução do capital no campo ocorre através do monopólio da renda capitalista. O monopólio do acesso ao crédito, por sua vez, é uma das dimensões de poder no campo que garante a reprodução do monopólio da renda capitalista. É a partir dessas dimensões de poder presentes no campo que o cooperativismo da CRESOL busca tanto a reprodução das relações capitalistas do camponês como a expansão e reprodução do Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária.

Quando das análises da dimensão de poder do crédito no campo, foi possível compreender as múltiplas escalas de poder presentes no financiamento agrícola. Embora o objetivo proposto tenha se dado a partir das generalizações do poder sobre o financiamento da agricultura, essa generalização “macro” está diretamente relacionada à microescala, ou seja, próxima às observações da realidade da agricultura em âmbito local. E percebemos que, embora o PRONAF seja uma política de forte impacto para a agricultura familiar, também apresenta muitas dificuldades ao pautar as múltiplas dimensões do poder nos espaços agrários.

Essas dimensões interescares do crédito estão presentes na organização da CRESOL, mesmo que de forma indireta, pois a dimensão do poder do crédito no campo é constitutiva do poder político e financeiro Estatal ou privado. Neste sentido, o papel do Estado e da dimensão financeira não pode ser inferiorizado, pois o mesmo sistema que carrega em seu nome a bandeira da solidariedade é/está organizado, regido, institucionalizado por sistema de normas e leis, tanto quanto os sistemas de crédito das cooperativas tradicionais. Isso demonstra o quanto é decisiva a dimensão de poder do Estado sobre as dinâmicas territoriais.

Assim, cabe questionar as possibilidades concretas que há entre o desenvolvimento territorial solidário, partindo da organização cooperativa da CRESOL. Da mesma forma há, indiscutivelmente, muitas particularidades que indicam ser esse sistema diferente dos conhecidos sistemas “tradicionais”, embora uma simples nomenclatura de forma alguma explique por si só o que está no centro desse debate, a saber, a dimensão das relações de poder do crédito no campo. Nesse ponto tornou-se possível aprofundarmos nas múltiplas dimensões do poder, na medida em que pudemos compreender que as análises entre as dimensões do poder demonstram não serem elas tão solidárias e autônomas quanto o sistema busca representar.

Por fim, talvez a principal questão fosse entender o seguinte: no que compete então a dimensão do poder do crédito solidário da CRESOL? Embora reconhecêssemos que jamais conseguiríamos encerrar todas essas discussões referentes à dimensão do poder do crédito no campo, algumas indicações puderam ser lançadas, como a de perceber a dimensão do poder do crédito definido “por quem e para quem”. De modo geral, acreditamos, no entanto, que a especificidade desse trabalho sobre essa dimensão do poder do crédito no campo pode fazer florescer outras oportunidades de discussão na ciência geográfica ao eleger as relações de poder nas dinâmicas territoriais. Neste caso, a dimensão do poder do crédito cooperativo da CRESOL pode ser analisada no sentido de que sua suposta autonomia, fortemente valorizada por esta organização, esbarra na dimensão da reprodução das relações de produção do poder que há no capital, na extração da renda.

A intimidade que há sobre a dimensão de poder e o Estado é o elo que liga as múltiplas dinâmicas territoriais com a reprodução das relações de produção capitalistas. Compete-nos compreender “como” certas práticas políticas, a exemplo das que são direcionadas às grandes organizações financeiras, apresentam certa permeabilidade, partindo-se do poder público. Ao mesmo tempo em que, do lado oposto, outras práticas políticas são impermeáveis, como as que poderiam se tornar mais autônomas e democráticas das relações de poder imbricadas no acesso/restrrição da política de crédito no campo, especificamente, da política praticada pela organização cooperativa de crédito da CRESOL, que ainda apresenta muitas dificuldades e, por isso, nos estimula a perceber “por quem” e “para quem” podem ser ditadas as regras do jogo.

Referências

ANDRADE, M. C. de. **Poder Política e Produção do Espaço**. Recife: Massangana, 1984.

BRASIL. Banco Central do. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?RED-RELRURAL>> Acesso em: 12 de out. de 2013.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Brasília, DF, 30 nov. 1964.

BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de Crédito Rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte**. 1999. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1999.

_____. **Finanças e Solidariedade: Uma Análise do Cooperativismo de Crédito Rural Solidário no Brasil.** 2006. 375 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

CLAVAL, P. **Espaço e Poder.** Rio de Janeiro: Jahar, 1979.

CRESOL. **Cooperativa da Agricultura Familiar com Interação Solidária:** Organização do sistema, central, bases de serviços regionais e cooperativas singulares. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/>> Acesso em: mai. 2013.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBGE, **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <<http://www.ibge.com.br.>> Acesso em: 16 mai. 2010.

IBGE, **Micro e Mesorregiões Geográficas do Estado do Paraná.** Disponível em: <<http://www.ibge.com.br.>> Acesso em: 20 junho. 2013.

MARTINS, J. S. **A Chegada do Estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____, J. S. As Temporalidades da História na Dialética de Lefebvre. In MARTINS, J. S. (org). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MENDONÇA, S. R. A Classe Dominante Agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. In: STEDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como Ator Político Intelectual e Financeiro 1944-2008.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo: Boi Tempo, 1993.

SINTRAP. **Início do cooperativismo da CRESOL em Alto Paraná:** Depoimento. 2010. Entrevista concedida ao autor.

Artigo recebido em 23-09-2014
Artigo aceito para publicação em 18-03-2015

ANEXO

Questionário com os cooperados da CRESOL

- 1)- O agricultor faz empréstimo de crédito do PRONAF? Pelo Banco do Brasil ou pela CRESOL?
- 2)- O agricultor deixou de fazer empréstimo de crédito do PRONAF pelo Banco do Brasil? Sim ou não e por quê?
- 3)- A quanto tempo o agricultor é cooperado da CRESOL?
- 4)- Qual a finalidade do crédito do PRONAF que está empregado na propriedade?
- 5)- O PRONAF que o agricultor acessa pela cooperativa de crédito tem alguma diferença com o que acessava/acessa pelo Banco do Brasil?
- 6) Como que estão as condições econômicas da família e da propriedade?
() Ruim () Razoável () Bom () Muito bom
Justificativas se houver:
- 7)- Ainda com relação a questão anterior, em caso de melhoria ou piora ocorrida nas condições econômicas da família e da propriedade, o agricultor poderia dizer se a organização cooperativa da CRESOL tem influência nessas condições e/ou justificativas?
- 8)- O que o agricultor pensa que falta melhorar no sistema de crédito para a agricultura?

Questionário com diretores e agentes da CRESOL

- 1)- Como que os agricultores familiares veem a CRESOL? Há algum receio?
- 2)- Como a cooperativa se relaciona com o Banco do Brasil? São parceiros?
- 3)- Quais os principais desafios/dificuldades enfrentados pela CRESOL na Região Noroeste do Paraná?
- 4)- Quais os principais avanços promovidos pela atuação da CRESOL nessa região?
- 5)- Existe alguma preocupação da CRESOL com a formação política dos cooperados?
- 6)- Há alguma ação da CRESOL para enfrentar as disputas de poder por terra e crédito?